

DO TERRITÓRIO À MESA ESCOLAR: AGRICULTURA FAMILIAR, PNAE E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

From the territory to the school table: family farming, PNAE and sustainable local development

Mônica Batista Vilas Boas¹

¹ Doutoranda em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: monicabvboas@outlook.com

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar a relação entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento local sustentável, valorização dos sistemas alimentares territoriais e fortalecimento da alimentação escolar. Metodologicamente, realizou-se revisão bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, com consulta a artigos científicos, livros, legislações, resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), documentos oficiais e relatórios técnicos, publicados preferencialmente entre 2009 e 2026. A discussão evidenciou que o PNAE, ao direcionar recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, cria mercados institucionais, fortalece cooperativas e associações, amplia a circulação de renda nos municípios e aproxima produção local e consumo escolar. Observou-se também que essa articulação favorece cardápios mais saudáveis, diversificados e culturalmente adequados, sobretudo pela presença de alimentos in natura, minimamente processados, sazonais e regionais. Contudo, persistem desafios relacionados à burocracia, logística, infraestrutura, assistência técnica, documentação, sazonalidade produtiva e desigualdades regionais. Conclui-se que o PNAE possui potencial transformador, desde que fortalecido por gestão intersetorial, financiamento contínuo, controle social e valorização dos territórios. Desse modo, o alimento servido na escola expressa cuidado, pertencimento, justiça alimentar e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: PNAE. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar. Desenvolvimento Local Sustentável. Sistemas Alimentares Territoriais.

Abstract

This article aimed to analyze the relationship between the 'Programa Nacional de Alimentação Escolar' (PNAE) and family farming as a strategy for sustainable local development, the enhancement of territorial food systems, and the strengthening of school feeding. Methodologically, a qualitative bibliographic and documentary review was conducted, drawing on scientific articles, books, legislation, resolutions issued by the 'Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação' (FNDE), official documents, and technical reports, preferably published between 2009 and 2026. The discussion showed that the PNAE, by allocating resources for the purchase of food from family farming, creates institutional markets, strengthens cooperatives and associations, increases the circulation of income within municipalities, and brings local production closer to school consumption. It was also observed that this integration promotes healthier, more diverse, and culturally appropriate menus, particularly through the inclusion of fresh or minimally processed, seasonal, and regional foods. However, challenges related to bureaucracy, logistics, infrastructure, technical assistance, documentation, production seasonality, and regional inequalities persist. It is concluded that the PNAE has transformative potential, provided that it is strengthened through intersectoral management, continuous funding, social oversight, and the appreciation of local territories. In this way, the food served at school expresses care, belonging, food justice, and sustainable development.

Keywords: PNAE. Family Farming. School Feeding. Sustainable Local Development. Territorial Food Systems.

INTRODUÇÃO

A alimentação escolar, no Brasil, constitui uma política pública que ultrapassa a oferta diária de refeições no espaço educativo, pois se relaciona diretamente com o direito à alimentação adequada, com a permanência dos estudantes na escola e com a promoção de sistemas alimentares mais justos. Nesse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assume papel estratégico ao articular educação, saúde, segurança alimentar e desenvolvimento territorial. Ao reconhecer que o alimento servido na escola também expressa escolhas políticas, econômicas e culturais, torna-se possível compreender o PNAE como uma ponte entre o território produtivo e a mesa escolar (Brasil, 2009; Martinez; Gomes; Marini, 2023).

Historicamente, o PNAE consolidou-se como uma das políticas públicas mais abrangentes da educação básica brasileira, atendendo estudantes da rede pública e vinculando a alimentação escolar à garantia de direitos sociais. A Lei nº 11.947/2009 representou um marco nessa trajetória ao estabelecer a obrigatoriedade de aquisição de alimentos da agricultura familiar com recursos federais do programa, aproximando a política educacional das políticas de desenvolvimento rural (BRASIL, 2009). Mais recentemente, essa diretriz foi fortalecida pela Lei nº 15.226/2025 e pela Resolução CD/FNDE nº 4/2026, que ampliaram para 45% o percentual mínimo de recursos federais do PNAE destinado à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar (Brasil, 2025; Fnde, 2026).

Nesse contexto, a agricultura familiar ocupa lugar central na discussão sobre alimentação escolar, território e desenvolvimento local sustentável. Trata-se de um segmento produtivo que, além de contribuir para o abastecimento alimentar, preserva práticas culturais, saberes tradicionais, circuitos curtos de comercialização e modos de vida vinculados ao campo. A inserção desses agricultores no mercado institucional do PNAE amplia possibilidades de geração de renda, organização coletiva e fortalecimento de cooperativas e associações, ao mesmo tempo em que permite que alimentos locais, frescos e culturalmente reconhecidos cheguem aos estudantes (Moreira *et al.*, 2023; Souza *et al.*, 2023).

Entretanto, a relevância dessa relação não se limita ao campo econômico. A compra de alimentos da agricultura familiar pode favorecer a diversificação dos cardápios escolares, a valorização de alimentos in natura ou minimamente processados e a incorporação de produtos regionais à alimentação escolar. Estudos recentes indicam que essa aproximação entre produção local e consumo institucional contribui para melhorar a qualidade das refeições, ampliar a oferta

de frutas, verduras e alimentos sazonais, além de fortalecer a educação alimentar e nutricional no cotidiano escolar (Tuliende *et al.*, 2024; Souza *et al.*, 2023). Assim, a escola passa a ser também espaço de reconhecimento da origem dos alimentos e de valorização das identidades alimentares do território.

Apesar desses avanços, a efetivação da compra da agricultura familiar pelo PNAE ainda enfrenta desafios importantes. A literatura aponta obstáculos relacionados à burocracia dos processos de contratação, à baixa disponibilidade de alguns produtos, à sazonalidade da produção, à insuficiência de infraestrutura para armazenamento e transporte, às exigências sanitárias e à dificuldade de articulação entre agricultores, gestores, nutricionistas e conselhos de alimentação escolar (Tuliende *et al.*, 2024; Machado; Silva, 2025). Dessa forma, a existência da norma legal, embora fundamental, não garante por si só a plena implementação da política, sendo necessário observar as condições concretas de cada município e território.

Além disso, as desigualdades regionais e institucionais interferem diretamente na capacidade de execução do programa. Municípios com menor estrutura técnica, menor organização produtiva ou fragilidades na gestão pública tendem a apresentar maiores dificuldades para cumprir os percentuais mínimos de aquisição da agricultura familiar. Em estudo sobre a Paraíba, Martinez, Gomes e Marini (2023) identificaram que parte expressiva dos municípios não alcançava o percentual mínimo então vigente, destacando a logística e o transporte como entraves relevantes. De modo semelhante, revisões recentes indicam que as regiões Norte e Nordeste são frequentemente mais afetadas por desigualdades na execução das políticas de compras institucionais (Machado; Silva, 2025).

Diante disso, discutir a relação entre PNAE, agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável revela-se academicamente relevante e socialmente necessário. O tema permite compreender como uma política educacional pode produzir efeitos para além da escola, alcançando agricultores, cooperativas, associações, famílias, comunidades rurais e sistemas alimentares territoriais. Ao mesmo tempo, possibilita problematizar os limites da política pública quando sua execução depende de capacidades locais, planejamento intersetorial, assistência técnica, controle social e diálogo entre diferentes atores. Portanto, o debate exige uma leitura que reconheça simultaneamente o potencial transformador do PNAE e as contradições presentes em sua operacionalização.

Assim, a questão central que orienta este artigo é: De que maneira o PNAE, ao estabelecer a compra de alimentos da agricultura familiar, contribui para o desenvolvimento local sustentável, a valorização dos sistemas alimentares territoriais e o fortalecimento da alimentação escolar? A partir dessa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar a

relação entre PNAE e agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento local sustentável, valorização dos sistemas alimentares territoriais e fortalecimento da alimentação escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

O PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DIREITO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser compreendido como uma política pública de proteção social vinculada ao direito à educação e ao direito humano à alimentação adequada. Sua relevância está no fato de que a alimentação escolar não se limita à dimensão biológica da nutrição, mas se integra às condições de permanência, aprendizagem, saúde e dignidade dos estudantes da educação básica. Nesse sentido, o PNAE expressa uma concepção ampliada de política educacional, na qual o Estado assume a responsabilidade de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições concretas para que o processo educativo se realize com equidade (Brasil, 2009; Martinez; Gomes; Marini, 2023).

A consolidação do PNAE como política pública está relacionada à passagem de uma lógica assistencialista para uma perspectiva de direito. Ao longo de sua trajetória, o programa deixou de ser apenas uma ação de distribuição de alimentos e passou a integrar uma agenda de segurança alimentar e nutricional, educação alimentar e desenvolvimento social. A Lei nº 11.947/2009 representa um marco nesse processo, pois estabelece diretrizes como alimentação saudável e adequada, respeito à cultura alimentar, apoio ao desenvolvimento sustentável e aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar (Brasil, 2009).

Com a obrigatoriedade de compra da agricultura familiar, o PNAE passou a atuar em dupla direção: de um lado, garante a alimentação escolar aos estudantes; de outro, cria uma política de indução econômica para agricultores familiares, povos tradicionais, assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e grupos de mulheres. Essa dimensão torna o programa uma experiência intersetorial, pois articula educação, agricultura, saúde, assistência social, economia local e segurança alimentar. A atualização normativa promovida pela Lei nº 15.226/2025 ampliou essa centralidade ao elevar para 45% o percentual mínimo de recursos federais do PNAE destinados à agricultura familiar, com vigência a partir de 2026 (Brasil, 2025; Fnde, 2026).

Assim, o PNAE pode ser analisado como política redistributiva e estruturante. Redistributiva porque direciona recursos públicos para estudantes da rede pública e para agricultores familiares historicamente marginalizados por mercados convencionais; estruturante porque reorganiza relações entre produção, abastecimento, consumo e educação alimentar. Essa leitura crítica permite compreender que a alimentação escolar não é apenas um serviço complementar, mas uma mediação entre direitos sociais, desenvolvimento rural e justiça alimentar. Portanto, seu alcance depende não somente da existência da lei, mas da capacidade institucional de materializar seus princípios nos territórios.

AGRICULTURA FAMILIAR, TERRITÓRIO E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

A agricultura familiar constitui uma categoria social e produtiva marcada pelo predomínio do trabalho da família, pela vinculação com a terra e pela relação entre produção, reprodução social e modos de vida no campo. Diferentemente da agricultura empresarial orientada pela monocultura, pela exportação e pela alta dependência de insumos, a agricultura familiar tende a apresentar maior proximidade com a diversidade alimentar, com os mercados locais e com práticas produtivas associadas à cultura dos territórios. Por isso, sua inserção no PNAE não deve ser vista apenas como fornecimento de alimentos, mas como reconhecimento político de sujeitos sociais que historicamente sustentam parte importante do abastecimento alimentar brasileiro (Souza *et al.*, 2023).

O conceito de território, nesse debate, ultrapassa a ideia de espaço geográfico. O território é constituído por relações sociais, práticas culturais, formas de trabalho, redes de comercialização, pertencimentos e disputas por recursos. Quando a escola adquire alimentos de agricultores familiares locais ou regionais, cria-se uma ponte entre o espaço de produção e o espaço de consumo, permitindo que a alimentação escolar incorpore alimentos da cultura regional, produtos sazonais e referências alimentares próximas da vida dos estudantes. Essa aproximação contribui para que a escola reconheça o alimento como parte da história social do território, e não apenas como mercadoria (Tuliende *et al.*, 2024).

Nesse sentido, os sistemas alimentares sustentáveis envolvem todo o percurso do alimento, desde a produção até o consumo, incluindo processamento, transporte, abastecimento, preparo, descarte e educação alimentar. A compra da agricultura familiar pelo PNAE fortalece circuitos curtos de comercialização e pode reduzir a distância entre quem produz e quem consome, favorecendo relações mais transparentes, alimentos mais frescos e maior valorização dos produtores locais. Estudos recentes indicam que a aquisição de alimentos familiares tende

a ampliar a oferta de frutas, hortaliças, alimentos regionais e produtos in natura ou minimamente processados nos cardápios escolares (Tuliende *et al.*, 2024; Souza *et al.*, 2023).

O Guia Alimentar para a População Brasileira reforça essa perspectiva ao defender que a base da alimentação deve ser composta por alimentos in natura ou minimamente processados, articulando saúde, cultura alimentar, sustentabilidade e modos de comer. No PNAE, essa orientação ganha sentido pedagógico, pois o cardápio escolar pode ensinar sobre alimentação saudável, origem dos alimentos, sazonalidade e valorização da comida de verdade. Portanto, a agricultura familiar contribui não apenas para abastecer a escola, mas para reposicionar a alimentação escolar como prática educativa, territorial e sustentável (Brasil, 2014; Souza *et al.*, 2023).

COMPRAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

As compras públicas de alimentos representam uma estratégia de intervenção do Estado nos mercados, pois definem critérios de aquisição, orientam fluxos de recursos e criam demanda para determinados grupos produtivos. No caso do PNAE, o Estado não apenas compra alimentos, mas constrói um mercado institucional voltado à agricultura familiar. Essa mediação é relevante porque muitos agricultores enfrentam dificuldades de inserção em mercados convencionais, seja pela baixa escala de produção, pela dependência de atravessadores, pela fragilidade logística ou pela insuficiência de capital para competir com grandes fornecedores (Moreira *et al.*, 2023).

O mercado institucional criado pelo PNAE pode favorecer o desenvolvimento local sustentável ao gerar renda, estimular a diversificação produtiva e fortalecer organizações coletivas. Quando os recursos da alimentação escolar circulam no próprio território, eles contribuem para dinamizar economias municipais, ampliar a segurança de venda para agricultores e incentivar formas de produção mais compatíveis com a diversidade alimentar. Nessa lógica, a compra pública se torna mais do que um procedimento administrativo: transforma-se em instrumento de planejamento territorial, inclusão produtiva e fortalecimento de sistemas alimentares locais (Machado; Silva, 2025; Moreira *et al.*, 2023).

Contudo, o desenvolvimento local não é consequência automática da existência do programa. Para que a compra pública produza efeitos sustentáveis, é necessário que agricultores e gestores tenham condições técnicas, documentais, sanitárias e logísticas para participar das chamadas públicas. Souza *et al.* (2023) observam que, embora o PNAE e o PAA sejam

referências internacionais em compras da agricultura familiar, ainda existem entraves que reduzem a participação de pequenos agricultores e limitam a diversidade de produtos ofertados. Entre esses entraves, destacam-se exigências sanitárias, pouca infraestrutura e dificuldades na organização da produção (Souza *et al.*, 2023).

Além disso, a literatura chama atenção para a importância das cooperativas e associações na mediação entre agricultores e poder público. Moreira *et al.* (2023) demonstram que organizações coletivas podem facilitar a gestão, a logística, o planejamento produtivo e o acesso ao mercado institucional. Entretanto, os autores também problematizam a dependência de algumas organizações em relação ao PNAE, especialmente quando foram criadas apenas para atender à demanda da política pública. Desse modo, o cooperativismo e o associativismo são fundamentais, mas precisam ser fortalecidos como experiências autônomas, democráticas e diversificadas, e não apenas como exigência formal para acessar recursos públicos (Moreira *et al.*, 2023).

GESTÃO INTERSETORIAL, CARDÁPIOS ESCOLARES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do PNAE depende de uma complexa articulação entre diferentes atores institucionais e sociais. Secretarias de educação, setores de agricultura, nutricionistas, conselhos de alimentação escolar, agricultores, cooperativas, associações, escolas e órgãos de controle participam de etapas distintas da política, desde o planejamento do cardápio até a entrega dos alimentos. Por isso, a efetividade do programa exige governança intersetorial, isto é, capacidade de diálogo entre setores que tradicionalmente operam de forma separada. Sem essa articulação, a compra da agricultura familiar tende a enfrentar obstáculos que comprometem sua regularidade e alcance territorial (Tuliende *et al.*, 2024; Martinez; Gomes; Marini, 2023).

O nutricionista ocupa papel estratégico nessa engrenagem, pois é responsável pelo planejamento dos cardápios, pela adequação nutricional das refeições e pela articulação entre demanda escolar e oferta produtiva local. Com a inclusão da agricultura familiar, esse trabalho se torna ainda mais complexo, pois precisa considerar sazonalidade, capacidade de fornecimento, diversidade produtiva, cultura alimentar e logística de entrega. Tuliende *et al.* (2024) destacam que a compra de alimentos familiares pode melhorar a qualidade da

alimentação escolar e aumentar a visibilidade do meio rural, mas também exige ajustes entre a demanda institucional e a produção local disponível (Tuliende *et al.*, 2024).

A qualidade da alimentação escolar, portanto, não depende apenas da presença formal da agricultura familiar no programa, mas da forma como os alimentos são escolhidos, adquiridos e incorporados ao cotidiano da escola. A pesquisa de Souza *et al.* (2023), realizada em instituições públicas do Nordeste, identificou predominância de alimentos in natura ou minimamente processados nas compras analisadas, especialmente frutas. Ainda assim, também evidenciou a necessidade de ampliar a diversidade de alimentos e melhorar as condições estruturais para que a agricultura familiar possa fornecer produtos mais variados, com regularidade e qualidade sanitária (Souza *et al.*, 2023).

Por fim, os desafios do PNAE revelam que a política pública opera em territórios desiguais. A burocracia das chamadas públicas, a dificuldade de transporte, a baixa disponibilidade de determinados produtos, a ausência de assistência técnica, a fragilidade documental e as limitações orçamentárias podem impedir que agricultores familiares acessem plenamente o programa. Desse modo, a fundamentação teórica indica que o PNAE possui elevado potencial para promover desenvolvimento local sustentável e fortalecer sistemas alimentares territoriais, mas sua efetividade depende de investimento público contínuo, planejamento intersetorial, participação social e reconhecimento das especificidades de cada território (Machado; Silva, 2025; Tuliende *et al.*, 2024; Moreira *et al.*, 2023).

METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, voltada à análise crítica da contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a permanência escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica. A pesquisa bibliográfica permite reunir, examinar e interpretar contribuições teóricas já publicadas sobre determinado tema, favorecendo a construção de uma compreensão sistematizada do objeto investigado (GIL, 2002). Já a pesquisa documental possibilitou a análise de legislações, resoluções, relatórios e documentos oficiais relacionados ao PNAE.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada entre os meses de junho e julho de 2026. Para isso, foram consideradas publicações localizadas em bases e repositórios acadêmicos como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Acadêmico, a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a PubMed e a ScienceDirect, além de documentos disponíveis em sites oficiais do

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Saúde, do Planalto e de organismos internacionais relacionados à alimentação escolar, segurança alimentar e políticas educacionais. Os descritores utilizados envolveram combinações em português e inglês, tais como: “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, “PNAE”, “alimentação escolar”, “permanência escolar”, “desenvolvimento integral”, “aprendizagem”, “segurança alimentar e nutricional”, “school feeding program”, “school meals”, “school attendance”, “learning outcomes” e “food security”.

A seleção dos materiais foi realizada por meio de consulta sistemática às bases, repositórios e documentos institucionais mencionados, buscando identificar produções aderentes ao objetivo do estudo. Considerando o objeto da pesquisa, os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, utilizados, respectivamente, para relacionar os termos centrais da investigação e contemplar variações terminológicas entre os idiomas. O período de busca priorizou publicações entre 2013 e 2026, tendo em vista a atualidade do debate sobre alimentação escolar, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Entretanto, documentos legais e normativos anteriores a esse recorte foram incluídos quando considerados essenciais para a compreensão histórica e jurídica do PNAE, especialmente a Lei nº 11.947/2009.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos, ensaios teóricos, revisões de literatura, dissertações, teses, livros, relatórios técnicos, legislações e documentos oficiais publicados em português, inglês ou espanhol, desde que apresentassem relação direta com a alimentação escolar, o PNAE, a permanência dos estudantes, as condições de aprendizagem, o desenvolvimento integral e a segurança alimentar e nutricional. Foram excluídos materiais duplicados, textos sem autoria identificada ou fonte confiável, publicações sem acesso ao conteúdo completo e estudos que abordavam a alimentação escolar de forma isolada, sem articulação com educação, permanência, aprendizagem ou desenvolvimento dos estudantes.

A análise do material ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa. Inicialmente, foram analisados os títulos e resumos, a fim de identificar as produções potencialmente relevantes; em seguida, verificou-se a pertinência temática dos estudos; por fim, realizou-se a leitura integral dos textos considerados mais aderentes ao objetivo da pesquisa. Após essa triagem, os achados foram organizados em eixos analíticos: PNAE como política pública e direito social; alimentação escolar e condições de aprendizagem; permanência escolar; desenvolvimento integral; educação alimentar e nutricional; e desafios de gestão e efetividade da política.

A interpretação dos dados bibliográficos e documentais foi orientada pela análise temática de conteúdo, compreendida como técnica que permite organizar, categorizar e interpretar sentidos presentes nos materiais selecionados, a partir de categorias previamente definidas e ajustadas durante a leitura crítica (Bardin, 2016). Não se pretendeu quantificar a produção científica nem esgotar o estado da arte sobre o tema, mas reunir contribuições teóricas, empíricas e normativas capazes de sustentar uma reflexão crítica sobre a contribuição do PNAE para a permanência escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, o percurso metodológico adotado favoreceu a construção de uma análise articulada entre alimentação escolar, direito à educação, segurança alimentar e condições concretas de aprendizagem na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da revisão indicam que o PNAE se configura como uma política pública capaz de articular alimentação escolar, agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. A partir da Lei nº 11.947/2009, a compra institucional deixou de ser apenas uma estratégia administrativa de abastecimento e passou a assumir função social, econômica e territorial. Mais recentemente, a ampliação do percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar para 45%, com vigência a partir de 2026, reforça a centralidade desse segmento na alimentação escolar e amplia o potencial redistributivo do programa (Brasil, 2009; Brasil, 2025; FNDE, 2026). Assim, o PNAE não apenas alimenta estudantes, mas também movimenta circuitos produtivos locais e reconhece o território como espaço de produção de alimentos, saberes e vínculos sociais.

Nesse sentido, os estudos analisados demonstram que a compra da agricultura familiar contribui para o fortalecimento econômico dos agricultores, sobretudo quando há organização coletiva, assistência técnica e regularidade nos contratos. Machado e Silva (2025) apontam que políticas públicas de compras institucionais, como o PNAE e o PAA, geram impactos na renda, no escoamento da produção e na diversificação alimentar, embora sua efetividade dependa de financiamento contínuo e governança local. De forma convergente, Gomes *et al.* (2025) identificam efeito positivo e estatisticamente significativo do PNAE sobre a renda de produtores rurais participantes, demonstrando que o mercado institucional pode reduzir vulnerabilidades econômicas e ampliar a previsibilidade de comercialização (Machado; Silva, 2025; Gomes *et al.*, 2025).

Além da dimensão econômica, observa-se que o PNAE atua como instrumento de valorização territorial. Ao priorizar alimentos produzidos localmente, o programa aproxima

agricultores, escolas, nutricionistas e estudantes, criando uma relação mais concreta entre produção e consumo. Tuliende *et al.* (2024) destacam que a aquisição de alimentos da agricultura familiar aumenta a visibilidade das áreas rurais e melhora a qualidade das refeições escolares, especialmente pela maior presença de alimentos frescos, sazonais e regionais. Portanto, o alimento que chega à escola deixa de ser percebido apenas como item de consumo e passa a carregar marcas do território, da cultura alimentar e do trabalho familiar (Tuliende *et al.*, 2024).

No campo da qualidade da alimentação escolar, os resultados evidenciam que a agricultura familiar pode ampliar a oferta de alimentos in natura ou minimamente processados, contribuindo para cardápios mais saudáveis e culturalmente adequados. Souza *et al.* (2023), ao analisarem compras públicas em instituições do Nordeste, identificaram predominância de frutas e alimentos minimamente processados, embora também tenham observado limitações na diversidade de produtos ofertados. Essa discussão dialoga com o Guia Alimentar para a População Brasileira, que defende a centralidade de alimentos in natura e minimamente processados como base de uma alimentação saudável e sustentável (Brasil, 2014; Souza *et al.*, 2023). Desse modo, a compra da agricultura familiar fortalece tanto a segurança alimentar quanto a educação alimentar e nutricional.

Entretanto, a análise também revela que o potencial do PNAE não se realiza automaticamente. As dificuldades de implementação aparecem de forma recorrente na literatura, envolvendo burocracia, exigências documentais, insuficiência de infraestrutura, baixa capacidade produtiva, transporte, armazenamento e sazonalidade. Martinez, Gomes e Marini (2023), em estudo sobre a Paraíba, identificaram que, embora grande parte dos municípios comprasse alimentos via PNAE, uma parcela expressiva não atingia o percentual mínimo então exigido, tendo a logística e o transporte como principais entraves. De modo semelhante, Tuliende *et al.* (2024) apontam que a baixa disponibilidade de produtos e a infraestrutura limitada comprometem a regularidade do fornecimento (Martinez; Gomes; Marini, 2023; Tuliende *et al.*, 2024).

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade estatal municipal. Rodrigues *et al.* (2024) demonstram que o desempenho das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE está condicionado às capacidades locais de gestão, planejamento, articulação institucional e execução administrativa. Assim, municípios com equipes técnicas mais estruturadas, conselhos atuantes, nutricionistas integrados à produção local e melhor diálogo com agricultores tendem a apresentar maior capacidade de cumprimento das diretrizes do programa. Por outro lado, onde há fragilidade institucional, a política pode permanecer formalmente prevista, mas

materialmente limitada, revelando a distância entre a norma e sua concretização no cotidiano dos territórios (Rodrigues *et al.*, 2024).

A organização coletiva da agricultura familiar também emerge como elemento decisivo para o acesso ao mercado institucional. Moreira *et al.* (2023) demonstram que cooperativas e associações podem facilitar a comercialização, organizar a produção, ampliar a escala de fornecimento e mediar a relação entre agricultores e poder público. Contudo, os autores também alertam que algumas organizações surgem ou se formalizam em função da própria demanda do PNAE, o que pode produzir dependência excessiva de um único mercado. Logo, o fortalecimento da agricultura familiar exige mais do que habilitação documental; requer autonomia organizativa, diversificação dos canais de venda, assistência técnica e gestão democrática das cooperativas e associações (Moreira *et al.*, 2023).

Por fim, os estudos recentes reforçam que as desigualdades regionais permanecem como desafio central para a efetividade do PNAE. Sgura *et al.* (2026) evidenciam heterogeneidades no cumprimento das diretrizes do programa entre regiões brasileiras, enquanto Mocellin *et al.* (2026) indicam que a aquisição de alimentos da agricultura familiar ainda depende de condições locais de gestão, oferta produtiva e articulação intersetorial. Desse modo, o PNAE deve ser compreendido como uma política de grande potência social, mas que exige continuidade orçamentária, planejamento territorial, controle social e investimento em infraestrutura. Retomando a questão inicial, percebe-se que a passagem “do território à mesa escolar” só se consolida quando a alimentação escolar é tratada como direito, a agricultura familiar como sujeito político e o desenvolvimento local como construção coletiva (Sgura *et al.*, 2026; Mocellin *et al.*, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ao articular alimentação escolar e agricultura familiar, ultrapassa a função imediata de fornecimento de refeições e se consolida como uma política pública de alcance social, econômico, educacional e territorial. Nesse sentido, a análise evidenciou que o PNAE contribui para o fortalecimento dos sistemas alimentares locais ao criar uma ponte entre o território produtivo e a escola, permitindo que alimentos frescos, regionais e culturalmente reconhecidos integrem o cotidiano dos estudantes. Assim, a alimentação escolar passa a ser compreendida não apenas como uma ação de assistência, mas como expressão concreta do

direito à alimentação adequada, da valorização dos sujeitos do campo e da promoção de práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Além disso, observou-se que a aquisição de alimentos da agricultura familiar representa uma estratégia importante para o desenvolvimento local sustentável, especialmente por favorecer a geração de renda, a circulação de recursos nos municípios, o fortalecimento de cooperativas e associações e a valorização da produção regional. Contudo, esse potencial não se realiza de forma automática, pois depende de condições institucionais, técnicas e políticas capazes de garantir a efetividade da compra pública. Desse modo, a presença da legislação constitui um avanço fundamental, mas sua materialização exige planejamento intersetorial, assistência técnica, infraestrutura adequada, regularidade nos pagamentos, participação social e diálogo permanente entre gestores, nutricionistas, agricultores e comunidade escolar.

Nesse percurso, também se tornou evidente que o PNAE possui papel relevante na qualificação da alimentação escolar, uma vez que a aproximação com a agricultura familiar pode ampliar a presença de alimentos in natura ou minimamente processados nos cardápios, reduzir a dependência de produtos industrializados e fortalecer a educação alimentar e nutricional. Entretanto, os desafios relacionados à logística, à sazonalidade, à documentação, às exigências sanitárias e às desigualdades regionais demonstram que a política ainda precisa ser continuamente aprimorada. Por isso, discutir o PNAE a partir do território permite reconhecer tanto suas conquistas quanto suas limitações, evitando uma visão idealizada e reforçando a necessidade de uma gestão pública comprometida com a equidade.

Portanto, conclui-se que a relação entre PNAE e agricultura familiar constitui uma via estratégica para fortalecer a alimentação escolar, valorizar sistemas alimentares territoriais e promover desenvolvimento local sustentável. A passagem do território à mesa escolar revela que cada alimento servido na escola carrega dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, pois envolve o trabalho dos agricultores, as escolhas da gestão pública e o direito dos estudantes a uma alimentação adequada. Assim, o fortalecimento dessa política exige continuidade normativa, financiamento público, controle social e compromisso coletivo, para que a escola se mantenha como espaço de aprendizagem, cuidado, pertencimento e promoção da vida nos territórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026**. Dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE e dá outras providências. Brasília, DF: FNDE, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Marilena Cordeiro *et al.* Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 63, e286558, 2025. DOI: 10.1590/1806-9479.2025.286558.

MACHADO, Geovanny; SILVA, Luisa Margareth Carneiro da. Contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar no Brasil (2015–2025): uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 14, n. 7, e5914749231, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i7.49231.

MARTINEZ, Pedro; GOMES, Maria de Lourdes Saturnino; MARINI, Fillipe Silveira. Public policies strengthen the relationship between family farming and food security in Brazilian schools: a case study of Paraíba state. **Heliyon**, [s. l.], v. 9, e20482, 2023. DOI: 10.1016/j.heliyon.2023.e20482.

MOCELLIN, Michel Carlos *et al.* Aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, e13622024, 2026. DOI: 10.1590/1413-81232026314.13622024.

MOREIRA, Isabela Renó Jorge *et al.* Family farming cooperatives and associations and the institutional market created by the National School Feeding Program (PNAE) in Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**, Basel, v. 15, n. 6, 5202, 2023. DOI: 10.3390/su15065202.

RODRIGUES, Aline Xisto *et al.* Capacidades estatais municipais como condicionantes do desempenho das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 62, n. 4, e277213, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.277213.

SGURA, Bruno Herrera *et al.* Heterogeneidade regional no cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise comparativa entre Nordeste e Sul do Brasil com aprendizado de máquina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, e00056125, 2026. DOI: 10.1590/0102-311XPT056125.

SOUZA, Sthephany Rayanne Gomes de *et al.* Food purchase from family farming in public institutions in the Northeast of Brazil: a tool to reach sustainable development goals. **Sustainability**, Basel, v. 15, n. 3, 2220, 2023. DOI: 10.3390/su15032220.

TULIENDE, Mónica Isabel Eduardo Domingos *et al.* Benefits and difficulties of implementing family-farming food purchases in the Brazilian National School Feeding Program. **International Journal of Public Health**, Lausanne, v. 69, 1605870, 2024. DOI: 10.3389/ijph.2024.1605870.